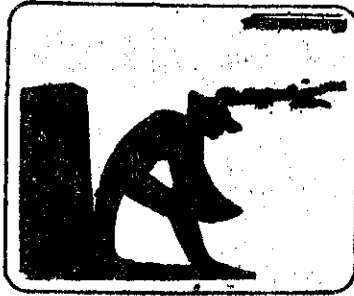


# Movimentação por Surucucus leva entidades ao confronto

## RORAIMA

### Zona de Tensão

#### (Última)



Célio Júnior  
Texto e Foto

RORAIMA — Zona de Tensão, chega hoje a sua última parte, trazendo declarações das mais diversas entidades e pessoas envolvidas diretamente, ou com a questão da mineração ou com a questão indígena naquele Território. A série de reportagens, porém, não se encerra, por completo, tendo em vista que novos episódios estão por acontecer, dado o clima indefinido da questão.

#### ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE RORAIMA

O vice-presidente, Célio Macêdo da Fonseca, observa que as reservas minerais devem ser racionais e adequadamente exploradas. "Não queremos continuar deitados em berço esplêndido". Ele comentou que a economia roraimense passa por privações enquanto que, naquele Território, está depositado em seu subsolo, uma fortuna incalculável.

A Associação Comercial de Roraima, diz ele, vem lutando pela abertura de Surucucus desde a época de seu fechamento em 76. A forma de luta que aquela associação encontrou foi a de suscitar, através de ciclos de debates, a questão da mineração em Roraima e, para isso, convocou diversos segmentos para tal. Sobre o potencial mineralógico, Célio Fonseca explicou que o CPRM, através de uma amostra tirada do rio Quinô, detectou cerca de 2,6 toneladas de ouro e milhares de quilates de diamante.

"O Território tem uma riqueza imensa", com essa informação, o vice-presidente da ACR lembra que ali existem áreas que interessam todas as formas de exploração, ou seja garimpeiros isolados, pequenas e médias empresas de garimpagem, "geralmente nacionais" e as grandes mineradoras "estatais e multinacionais". O que nos preocupa, prossegue Célio Macêdo, é uma coincidência muito grande o fato de que todas as áreas de potencial mineral levantadas pelo projeto Radam sejam as mesmas áreas de pretensão da FUNAI. "Sobrepondo um mapa sobre o outro, é quase que a mesma coisa".

CIMI - NORTE

Journal A CRÍTICA

Data 01/07/85 p. 02

482

Célio Macêdo diz que a Associação Comercial de Roraima não é contra e nem a favor do índio, mas eles têm sido explorados por pessoas interessadas, teoricamente especializadas no assunto, mas que não conhecem a realidade dos fatos. Ele lembra que no Território de Roraima, desde o tempo da desbravação pelos portugueses, que os índios sobrevivem em harmonia com o branco.

"Consideramos o índio como qualquer cidadão, tendo, portanto, o mesmo direito que nós, quanto à educação, cultura, saúde, lazer e trabalho; não entendemos o índio como um animal a ser enjaulado".

O índio, explica, na quase totalidade, está aculturado e, a grande maioria dos habitantes de Roraima tem relações familiares com ele, dessa forma. Célio Macêdo entende que todo o Território de Roraima deveria ser declarado área indígena. Sobre a economia roraimense, ele a considera anômala, dependendo de 90% do Governo Federal e, no momento em que ele não injeta recursos, a economia local para.

O vice-presidente da Associação Comercial de Roraima considera que a alternativa mais viável para a sustentação do Território, é a exploração mineral. "Há lugar para todos". Ele diz que a área Yanomami está em uma região de segurança nacional e que não se pode criar uma nação dentro de outra. "Existem tribos Yanomami fora da reserva indígena", o que, completa Célio Macêdo, deveria haver uma revisão das áreas pretendidas pela FUNAI.

O presidente do Departamento Nacional de Pesquisas Minerais, Salomão Cruz, comenta que a realidade da mineração no Território de Roraima é caracterizada pela exploração garimpeira em áreas tradicionais. Ela é dada pelo isolamento geográfico que impede o acesso das mineradoras.

482

Ao comentar o aspecto legal, Salomão explicou que cerca de 50% do Território é reserva indígena, onde estão situadas todas as ocorrências minerais. Conta ele que foram pedidos cerca de 200 requerimentos para a pesquisa mineral e que, apenas a Companhia de Desenvolvimento de Roraima, — CODESAIMA — e a CPRM estão pesquisando; porém, estão em vias de paralisar por solicitação da FUNAI.

Pessoalmente, Salomão Cruz observa que Surucucus possui um grande potencial, devendo-se levar em consideração, dois aspectos, ou seja, o indígena e o da exploração, que, segundo ele, são duas realidades diferentes, devendo a FUNAI reavaliar as demarcações. "No jogo do comércio internacional da mineração existe um cartel. Os países desenvolvidos que precisam de matéria-prima, procuram manter como reservas estratégicas aquelas áreas de rico potencial, nos países considerados "amigos". Não interessa que as reservas minerais sejam exploradas agora".

Esses países, fala Salomão Cruz, usam o índio como meio de preservar essas áreas. Ele exemplifica que 25% do território venezuelano é reserva indígena, além de todas as fronteiras da bacia amazônica. Ele observa também que os órgãos de defesa da causa indígena são teleguiados e começam a conturbar o problema indígena exatamente para a ocupação de grandes áreas. Do ano de 1979 para cá, conta Salomão, as reservas sofreram cinco alterações quanto à sua demarcação no Território de Roraima, com ampliações sucessivas. Ele lembra ainda que o potencial dessas regiões não é apenas mineral, mas sim, madeireiro, agropecuário — reservas naturais.

O diretor da Companhia de Desenvolvimento de Roraima, Torres de Melo, comenta que a mineração naquele Território não vai nada bem, pois existe um conflito permanente entre o interesse da mineração e os interesses defendido pela FUNAI e das chamadas entidades de apoio à causa indígena.

Torres de Melo não acredita que esse conflito deva persistir, pois, segundo ele, são conciliáveis, desde que as partes deixassem de olhar o seu lado exclusivamente e passasse a olhar o interesse nacional, que deveria ser o balisamento de todas as ações dos homens públicos.

De aproximadamente 230 mil quilômetros quadrados, extensão territorial de Roraima, o diretor da CODESAIMA afirma que 50% são pretendidos pela Fundação Nacional do Índio o que, coincidentemente, aloja o maior potencial mineral, isso sem falar que o Estado do Amazonas possui 25% de suas áreas são também de pretensão daquele órgão de proteção ao índio. Em Roraima, explica Torres de Melo, existe mais de uma realidade indígena, devendo os problemas ser separados entre os indígenas, das comunidades não aculturadas, havendo portanto, um tratamento diferente.

Torres de Melo lembra que os Macuxis tiveram sua cultura mutilada pela catequese, pelo fazendeiro e pelo garimpeiro. "Hoje em dia o Macuxi já fala português, reivindica escolas para os filhos; são pessoas integradas à sociedade; por isso, a mineração não trará malefícios a essas comunidades, pois gerará recursos, trazendo, conseqüentemente, benefícios".

A conciliação é a política adotada pelo diretor da Codesaima e, segundo ele, o diálogo, a busca de soluções para as áreas ocupadas por verdadeiros índios — não aculturados — seria o caminho mais fácil. Torres de Melo comenta que a exploração deverá ser feita, também, nas áreas onde existem os não-aculturados, só que de forma mais cautelosa. "Temos que ter consciência de nossas responsabilidades quanto à integridade física do índio, tendo a preocupação de evitar o contágio de doenças com esses índios que fatalmente perecerão, pois não possuem resistência. A Codesaima, empresa estatal de



A cultura do índio não pode ser desrespeitada

mineração daquele Território, vem agindo no sentido do desenvolvimento das atividades, como empresa mineradora, tem áreas requeridas e alvará concedido pelo Ministério das Minas e Energia, tendo inclusive desenvolvido trabalhos detalhados de pesquisa mineral. A FUNAI solicitou a retirada daquela companhia de desenvolvimento, da área do rio Quindá, afluente do rio Cotingo, sob a alegação de aquela região ser de reserva indígena. A diretoria da Codelsima impetrou mandado de segurança, perdendo na Justiça e, como resultado negativo, resolveram fazer um apelo ao Tribunal Federal de Recursos, para que continuassem com as pesquisas, pois, segundo as alegações da FUNAI, a Codelsima, estava trazendo prejuízos à ecologia e à cultura indígena, o que, para Torres de Melo, não tem fundamento.

Acontecerá em Roraima, no dia 1º de julho, uma reunião de um grupo interministerial, com representantes da FUNAI, do Governo de Roraima, do Ministério da Justiça, do Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento, do INCRA, de Sindicatos Rurais, do Conselho de Segurança Nacional e outros, tentando com isso, encontrar uma forma para solucionar esses conflitos.

#### POSIÇÃO DO GOVERNO

Sobre a questão Surucucus, o ex-governador de Roraima, Arídio Magalhães, falou que assim que o Executivo teve conhecimento da invasão de fevereiro, foram adotadas medidas de segurança, quando conseguiram prender os aviões no solo e impedir o carregamento de 11 mil litros de gasolina de avião para a cidade de Boa Vista, evitando assim, que a área de Surucucus fosse ocupada maciçamente.

Arido explica que fez isso porque, naquela época era o responsável pela tranquilidade do Território e pelo acatamento das leis existentes. Ele admite que se possa contextualizar as leis e as normas existentes a respeito das áreas indígenas pretendidas pela FUNAI, mas comenta que elas estão amparadas em dispositivos e normas baixadas pelos órgãos competentes. "Podemos estar até contra isso mas, se estamos em uma democracia que tem como base o acatamento das leis, não pode ser o Executivo que vá permitir que essas leis sejam violadas".

Segundo Arídio Magalhães, a preservação das leis do Território e o seu acatamento, persistirá até que as autoridades permitam que a riqueza de Surucucus seja explorada. Lembra ele que, se é verdadeiro o comentário sobre a riqueza daquela área, seria economicamente, para Roraima, uma grande vantagem. Sobre uma pretensa invasão, hoje, o ex-chefe do Executivo de Roraima enfatizou que as medidas adotadas seriam as mesmas utilizadas na invasão de fevereiro, lembrando ainda que o Governo de Roraima está preparado para impedir esta invasão.

"Isso não significa que essas medidas

CIMI - NORTE  
 Jornal A. CRITICA  
 Data 01/07/85 P.07

4-

tenham o mesmo sucesso da vez passada, tendo em vista que o Território de Roraima é um vazio demográfico muito grande, com fazendas afastadas e com pistas de pouso. Nós não podemos ter a pretensão de controlar tudo isso". As medidas adotadas por aquele governador dificultará a ocupação de Surucucus, mas ele mesmo reconhece que a invasão poderá acontecer. "Estmos preparados para impedir, novamente, a invasão daquele garimpo. Faremos um esforço para que isso não torne a acontecer pois, se no restante do Território nós temos que contar até dez para tomarmos uma decisão, em Surucucus nós temos que contar até mil".

Na realidade, explica Arídio Magalhães, os Yanomami são primitivos, andam em estado primitivo de civilização, são índios pacatos e tudo para eles é surpresa. Com essas afirmações, o ex-governador fez lembrar que as autoridades têm que pensar muito na forma pela qual vão explorar Surucucus, sem violentar a cultura dos silvícolas que lá existem. "Roraima é muito grande e se pode encontrar soluções viáveis para a exploração das riquezas minerais".

Não podemos acreditar que pessoas de responsabilidade, que chegaram a uma posição de destaque, sentados em torno de uma mesa, debatendo idéias e proposições, não se chegue a um ponto de consenso que, sem prejudicar o desenvolvimento do Território, não se violente, também, a cultura indígena, declarou Arídio, observando que as lideranças deveriam deixar de lado os seus interesses pessoais, partindo para uma busca de soluções. Sobre a exploração, é pensamento daquele ex-chefe do Executivo roraimense, que ela deveria ser feita a nível de experiência e, a princípio, controlada pelo Governo Federal, que tem como fundamento o interesse social, enquanto que, uma empresa privada, diz ele, não preservaria a cultura indígena, tendo em vista a visão puramente econômica.

O presidente da Associação dos Faisendeiros e Garimpeiros de Roraima, Rubens da Silva Lima Filho, comentou que, o que se quer é a abertura de todos os garimpos e que, Surucucus está em primeiro plano por estar em evidência.

Segundo ele, o garimpo hoje é o único lugar onde um analfabeto, trabalhando pelos seus próprios meios, pode chegar a riqueza. "Hoje o Brasil possui uma enorme quantidade de mão-de-obra desqualificada e procurando emprego e isso reflete a necessidade dessas pessoas em trabalhar. Por isso é que elas estão deixando os grandes centros, retornando às suas origens, vendo assim, como alternativa, a ida para o garimpo".

Rubens explica que, quando se fala em Surucucus, garimpo descoberto por garimpeiros, "é só chegar e produzir" - fala-se na exploração daquele garimpo por garimpeiros, afirmando que há centenas de interesses e não sabe até que ponto se está enfrentado uma articulação de um grupo multinacional. "Os garimpeiros são homens humildes, pacíficos e trabalhadores e a nossa Associação não tem porque agredir a Legislação brasileira, pois seu objetivo é o de conscientizar os garimpeiros de que se pode entrar no Surucucus através do movimento legal, sensibilizando assim, as autoridades para a importância daquele garimpo". Hoje, em Roraima, existem, aproximadamente, seis mil garimpeiros.

Dom Aldo Mogiano, Bispo de Roraima afirmou que ocupar as terras dos Yanomami, mesmo que seja feito ordenadamente, seria cometer um atentado e uma violência contra a vida, a saúde e a cultura daquele povo. "Não se pode pensar em ocupar a área Yanomami, mesmo usando processos e delimitando áreas, mesmo entregando o garimpo para os índios".

Apesar de toda a boa vontade dos responsáveis, continua o Bispo, os brancos e nem os índios respeitaram uma linha divisória na mata. "Para os índios é coisa impensável estabelecer barreiras na floresta que consideram a sua cidade e, a experiência, diz que o branco facilmente se acha dispensado de cumprir com as leis no interior do Território. Assim, a comunicação das doenças e a deteriorização seriam inevitáveis." O problema do Índio, segundo Dom Aldo Mogiano, não é simplesmente assunto dos habitantes de Roraima, pois assume dimensões nacionais e até mundiais.

O assunto não pode ser privatizado, diz ele, "basta ler o que diz a imprensa mundial hoje, ou seja, que ninguém julgue que pode fazer o que os brancos fizeram contra os Índios em tempos passados, como por exemplo, em certas nações americanas. Hoje, a sociedade é mais sensível aos direitos humanos. Todo o mundo está ia contra os invasores pois, a causa dos índios é da humanidade e ela toda a defende". O Bispo de Roraima finaliza afirmando que é privilégio para aquele Território, ter os Yanomami junto de si e, a honra histórica pede que a população tome uma atitude, não sugerida por interesses do momento, mas inspirada na nobreza da causa.

\* A foto publicada ontem na matéria "Roraima - Zona de Tensão" n.º 7, página 11 do 1.º Caderno, é de autoria de Loretta Emiri.